

# Musa Sancristovense: quadras populares contra a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, 1855

*Amâncio Cardoso dos Santos Neto<sup>1</sup>*

58



## *Resumo*

A transferência da capital de Sergipe, da colonial São Cristóvão para o povoado de Santo Antônio do Aracaju, pela Resolução nº 413, de 17 de março de 1855, marca profundamente tanto a memória coletiva quanto a historiografia local. Este artigo tem como objetivo analisar três quadras ou poemas populares, de caráter bairrista, os quais são uma das formas de protestos mais veementes contra a mudança da capital sergipana. O método empregado é o da análise do discurso. Assim, pretende-se examinar a influência que as quadras tiveram no processo de mudança político-administrativa. Além disso, com a análise, pode-se penetrar em parcela do mundo simbólico sergipano do oitocentos e entender os significados explícitos e/ou subjacentes expressos pelas trovas populares. Esses versos declamados por anônimos no século XIX e coligidos pelos folcloristas no século XX, explicita a indignação popular e o repentino atrito entre o governo, que pregava medidas de conciliação na política, e os moradores da antiga capital; que alegavam a inconstitucionalidade daquela Resolução oficial.

**Palavras-Chave:** História de Sergipe; Folclore político; Trovas populares; Análise do discurso.

## *Abstract*

The transfer of the capital of Sergipe, from colonial São Cristóvão for the village of Santo Antônio do Aracaju, by resolution nº 413, of March 17, 1855, mark deeply both the collective memory as the local historiography. This article aims to analyze three blocks or popular poems, parochial in character, which are one of the most vehement protests against the change of Sergipe capital. The method employed is that of Discourse Analysis. Thus, we intend to examine the influence that the courts had in the process of moving the capital. In addition, with analysis, can penetrate into the symbolic world of Sergipe portion of the eight hundred and understand the meanings underlying and/or explicit expressed by popular ballads. These verses sung by anonymous in the 19th century and collected by folklorists in the 20th century, explains the popular outrage and the sudden friction between the Government, which preached conciliation measures in politics, and residents of the former capital; who claimed the unconstitutionality of that official Resolution.

**Keywords:** History of Sergipe; Political folklore; Popular ballads; Discourse analysis.

1 Mestre em História pela UNICAMP e Professor do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de Sergipe.

## Introdução

A transferência da capital de Sergipe, da colonial São Cristóvão para o povoado de Santo Antônio do Aracaju, em 17 de março de 1855, marcou profundamente tanto a memória quanto a historiografia locais. Neste sentido, a mudança da capital sergipana “alcançou em nossa História a maior e a mais viva repercussão”.<sup>2</sup>

No entanto, o que ficou registrado oficialmente contra a ação governamental foram os ofícios de representação e protesto da Câmara de Vereadores de São Cristóvão, aprovados unanimemente e enviados aos deputados provinciais; ao presidente da província Inácio Joaquim Barbosa (1821-1855) e ao Imperador D. Pedro II (1825-1891), solicitando a rejeição do referido projeto.<sup>3</sup> Eles escreveram que não podiam ser “indiferentes ao clamor público e à dissolução que observam na mesma cidade”, e que compartilhariam “dos dissabores dos seus concidadãos” contra a mudança da capital.<sup>4</sup>

Com relação à população, o que se sabe é que o povo reclamou nas ruas, rogou pragas, disse injúrias, bradou improperios declamados em quadras de cunho bairrista contra a então nova capital, que seria construída nas praias desertas do Aracaju.

Vários estudiosos do assunto relataram que a população manifestara alguma resistência, mas não a ponto de obstruir o processo de transferência. Sobre esse assunto Clodomir Silva (1892-1932) escreveu: “a grita que a mudança causou foi terrível, formidável mesmo...”. Silva ainda registrou que o episódio deixou São Cristóvão “dolorida de angústia quando Inácio Barbosa arrancou do seu seio, aos clamores do povo, os cofres e os arquivos”.<sup>5</sup>

Outro estudioso do tema, Enock Santiago (1892-1957), também defendeu que Inácio Barbosa, ao promover e sancionar o projeto de mudança da capital, com o apoio dos deputados, venceu “viva oposição”. Já Manuel dos Passos de Oliveira Teles (1859-1939), anotou que João Bebe Água (1823-1896), símbolo do bairrismo sancristovense, teria organizado uma reação reunindo 400 homens armados na praça da Matriz, mas não obtiveram êxito. Por outro lado, o historiador José Calasans (1915-2001) afirmou que o povo de São Cristóvão “não foi além dos protestos legais formulados pela Câmara e das manifestações irônicas das ruas (aludindo aos versos)”. Seu argumento se sustenta na edição do *Correio Sergipense* (jornal oficial), de 23 de maio de 1855,

2 SANTIAGO, Enock. Mudança da capital. Aracaju, *Revista de Aracaju*, v. 06, 1957. p. 23-36.

3 Ata da Câmara Municipal de Aracaju, Sessão extraordinária de 28 de fevereiro de 1855. In *Revista de Aracaju*. Aracaju, Ano I, nº 01, p. 175.

4 SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920. p. 128.

5 SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920. p. 83.



que elogiou o caráter pacífico da população de São Cristóvão com respeito à mudança da sede provincial.

Ao contrário dos autores citados, Felisbello Freire (1858-1916) asseverou em sua obra de 1891 que o povo de São Cristóvão “ficou indiferente ao atentado, e consentiu facilmente na realização dos planos oficiais”. Entretanto, muitos estudiosos concordam que de alguma forma os sancristovenses reagiram contra o ato do governo em 17 de março de 1855.<sup>6</sup>

Seja como for, no início do século XX, foram coletadas sete quadras populares de caráter bairrista, as quais teriam sido recitadas por moradores nas ruas da antiga capital.<sup>7</sup> Esses versos manifestariam os sentimentos de hostilidade à Resolução nº 413 que elevava o povoado Santo Antônio do Aracaju à categoria de cidade e capital.

As quatro primeiras quadrinhas foram compiladas e apresentadas no Jornal “Correio de Aracaju”, de 18 de março de 1913, por Clodomir Silva, sob o pseudônimo de “Vinicius”.<sup>8</sup> Logo depois, Enock Santiago (1892-1957) apresentou mais três numa conferência que proferiu em 1915, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e publicou na Revista do mesmo instituto em 1916.

Em 1942, aquelas quadras foram reapresentadas pelo pesquisador José Calasans, às quais acresceu notas com base nos dois primeiros folcloristas.<sup>9</sup> No ano de 1957, o Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida trouxe a lume, mais uma vez, as trovas sancristovenses, também se apoiando nos dois primeiros estudiosos. O padre era fervoroso defensor do projeto de Inácio Barbosa, e sobre tais quadras julgou que elas são “interessante documentação grotesca dos acontecimentos, dando-nos uma ideia do despeito de que se achavam possuídos os adversários da nova Capital”.<sup>10</sup>

6 Confira SILVA, Clodomir. Álbum de Sergipe. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920. p.132; SANTIAGO, Enock. Mudança da capital. Aracaju, Revista de Aracaju, v. 06, 1957. p.36; TELES: 2013, p. 63; CALASANS, José. 2. ed. Aracaju e outros temas sergipanos. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, p. 107; ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. Esboço biográfico de Inácio Barbosa. Aracaju: J. Andrade, 2003. p.59. v. 3; FREIRE, Felisbello. História de Sergipe. 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 371.

7 Quadra, na versificação, é uma estrofe composta de quatro versos; também chamada de quadrinha.

8 VINICIUS. De Soslaio. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 18 de março de 1913, nº 840, p. 02. O historiador José Calasans foi informado, por um colega de redação de Clodomir Silva, de que este usava o pseudônimo de Vinicius nos idos de 1913, quando contribuía na redação do *Correio de Aracaju*.

9 CALASANS, José. *Contribuição à história da capital de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1942. Veja também sobre as quadras populares outro texto escrito originalmente em 1944 de CALASANS, José. Temas da província: Subsídios para o cancioneiro histórico de Sergipe. In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1992. (segunda edição de 2013, pela editora UFS e IHGSE).

10 ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Aracaju: J. Andrade, 2003. p. 68. v. 3.

Estes estudiosos esboçaram anotações às quadras ou identificaram seus personagens e, com isso, apontaram caminhos para análises. Assim, eles deixaram pistas e sugestões aos novos pesquisadores. Seguindo seus passos, tentaremos responder os seguintes problemas: Que influência as quadras tiveram no processo de mudança da capital? De que modo as quadras podem servir de meio para penetrar em parcela do mundo simbólico sergipano à época? E ainda; que significados explícitos e/ou subjacentes expressam as trovas populares?

Para percorrer os indícios deixados pelos versinhos, recorreremos aos seguintes testemunhos coevos: aos jornais, pareceres, ofícios, relatório, carta, relato de viajante e outros versos populares. Ademais, é necessário perceber que apesar das quadras serem importantes testemunhos históricos, o próprio José Calasans advertira, àquele que se aventurasse a ser “exegeta do folclore político”, que ficasse atento aos “interesses mesquinhos e inconfessáveis” inerentes à poesia popular. Diríamos mais, inerentes a qualquer fonte histórica. Neste sentido, acredita Calasans, essa produção “pode constituir uma arma de luta política”.<sup>11</sup>

### *Da Poesia Popular*

Antes de examinarmos três, dos sete versos sancristovenses, vejamos alguns dos principais trabalhos de levantamento da verve oral do folclore poético sergipano dos séculos XIX e XX.

Sergipe possui tradição na produção de versos populares. A partir da segunda metade do século XIX, esses poemas se constituíram em objeto de pesquisa no âmbito do folclore linguístico ou poético. O trabalho de maior fôlego e expressão foi o de Sílvio Romero (1851-1914), “Cantos Populares do Brasil”, de 1883, com segunda edição de 1897. Ele coligiu 82 (oitenta e dois) versos com temas gerais; e com sua contundência característica, escreveu a um amigo: “se vocês querem poesia, mas poesia de verdade, entrem no povo, metam-se por aí, por esses rincões ...”.<sup>12</sup>

Depois de Sílvio Romero, Clodomir Silva foi o mais importante compilador de versos da cultura oral e popular. Ele trouxe para o registro escrito quatro das sete quadras contra a mudança da capital. Além disso, deu significativa continuidade ao trabalho de Romero, ao reunir 100 (cem) trovas em “Minha Gente, costumes de Sergipe”, de 1926, com segunda edição ampliada em 1962. Os dois fazem parte da primeira geração de estudiosos do tema.

11 CALASANS, José. Subsídios para o cancionário histórico de Sergipe. In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. 2. ed. São Cristóvão: São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 169.

12 ROMERO, Sílvio. *Folclore Brasileiro: cantos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1985. p. 18.

Depois dos precursores, surgem outros pesquisadores do folclore poético sergipano, a exemplo de Garcia Moreno. Ele publicou “Aspectos do maconhismo em Sergipe”, de 1946; quadras coligidas junto aos usuários da maconha. A obra versa sobre as superstições e modos de usar a erva em versos populares.

Além dele, temos José Calasans que compilou versos relativos à cultura de beber cachaça. Assim, em 1943, ele publicou “Aspectos folclóricos da cachaça”; e em 1951 veio a lume “Cachaça, moça branca”. Diversificando o tema de sua pesquisa, ele publicou na Revista de Aracaju “Subsídios para o Cancioneiro Histórico de Sergipe”, em 1944. E na mesma revista, agora em 1951, Calasans publicou “Cantigas de Cacumbis e Taieiras de Sergipe”. Oito anos depois, em 1959, ele nos traz “A Guerra de Canudos na Poesia Popular”, capítulo de seu livro “No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos”.

O terceiro dessa leva é Severino Uchoa, que compilou interessantes versos da lírica popular publicados em revistas e jornais de Aracaju em 1951 e 1952. E por fim, temos José de Carvalho Déda (1898-1968), com “Brefáias e Burundangas do Folclore Sergipano”, de 1967, onde compila, entre outros, algumas trovas, repentinos e desafios.<sup>13</sup>

Os temas coligidos por todos estes pesquisadores de fontes orais versam sobre variados aspectos. Tratam do amor lírico, do trabalho, das crenças e superstições, das drogas, do cotidiano, dos folguedos e brinquedos infantis, da história e da política regionais.

Desses dois últimos temas tratam as quadras declamadas pelos moradores de São Cristóvão. Algumas escarneiam as autoridades políticas responsáveis pela mudança da capital; e outras detratam Aracaju, como um lugar onde não se presta para habitação humana. São essas últimas que serão focos da análise.

As quadras contra a mudança da capital eram cantadas ou declamadas pelas ruas e becos por moradores insatisfeitos. Afinal, Câmara Cascudo, numa nota ao livro de Romero (1985), afirmou acertadamente que “por essas canções o povo das cidades e das vilas vivia seu desejo e personalizava seu pensamento”.<sup>14</sup> Os cantos populares foram recolhidos pelos pesquisadores, mas poucos conseguiram coligir as músicas dessas quadras populares. Assim, perdemos o ritmo ou o desenho melódico que acompanhavam muitas quadrinhas coligidas

13 CARVALHO-NETO, Paulo de. *Folclore sergipano*. 2. ed. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994. p. 21-50. Sobre o livro de Carvalho Déda, ver CARDOSO, Amâncio. *Preciosas brefáias do folclore sergipano*. Aracaju Magazine, agosto de 2002. p. 18-19.

14 In ROMERO, Sílvio. *Folclore Brasileiro: cantos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1985. p. 175.

desde Sílvio Romero, advindas do século XVIII, atravessando o XIX e alcançando o século XX.<sup>15</sup>

### *Da Musa Sancristovense*

Passemos agora para a leitura e análise das três quadras declamadas pelo povo de São Cristóvão contrário à mudança da capital para o então povoado de Santo Antônio do Aracaju. A primeira é a seguinte:

“São Cristóvão passageiro  
Santo de grande milagre  
Pelo amor dos sergipanos  
Fazei voltar a cidade”.<sup>16</sup>

(Variante):

“São Cristóvão passageiro,  
Santo de **fazer** milagre  
Pelo amor dos sergipanos  
Fazei voltar a cidade”.<sup>17</sup>

Nessa quadrinha, o apelo ao santo solicitando o retorno da capital para a velha cidade do riacho Paramopama, São Cristóvão, ocorre com certeza pelo fato de haverem esgotados os canais de comunicação entre os representantes do povo e as instituições oficiais (o poder central imperial e os poderes executivo e legislativo provinciais). Essas instâncias não atenderam às solicitações da Câmara de Vereadores de São Cristóvão, em 1855, que lhes emitira ofícios e representações, lhes pedira a anulação da transferência da capital e lhes demonstrara a inconstitucionalidade da Resolução 413. Pois a reunião dos deputados, para discutir e votar o projeto de mudança, ocorreu fora da antiga capital e obedeceu a uma convocação de Inácio Barbosa, reunindo-se no povoado Santo Antônio do Aracaju.<sup>18</sup>

15 O historiador Robert DARNTON, no livro *Poesia e Polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, analisou poemas populares de protestos contra a monarquia e as questões públicas da França em meados do século XVIII, difundidos por diversos meios, inclusive orais. Ele tentou reconstituir as melodias desses poemas com a ajuda de fontes e especialistas em musicologia da Biblioteca Nacional da França. Assim, o leitor/ouvinte tem uma versão musical aproximada da dimensão oral das trovas de protestos que fluíam pelos circuitos de comunicação do Antigo Regime.

16 As quadras deste artigo foram compiladas de CALASANS, José. Subsídio para o cancionário histórico de Sergipe. Aracaju, *Revista de Aracaju*, n. 02, p. 45-62, 1944. Nesta obra, Calasans também apresenta as variantes, as quais foram repetidas e negritadas aqui.

17 Essa variante foi coligida por Clodomir Silva e publicada em seu *Álbum de Sergipe*, de 1920. Negrinho nosso.

18 A Câmara de São Cristóvão, presidida por Inácio de Paula Madureira, escreveu ao imperador D. Pedro II no dia 30 de abril de 1855; ao presidente da província no dia 28 de fevereiro; e na mesma data aos deputados provinciais. Ver FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 373-376.



Segundo os vereadores sancristovenses, a reunião ali realizada feria o artigo 5º do Ato Adicional à Constituição de 1824, votado em 1834, o qual determinava que o local de reunião das Assembleias Provinciais deveria ocorrer nas capitais das províncias e as seguintes em locais designados por atos legislativos provinciais. E este procedimento legal de fato não ocorrera.<sup>19</sup>

Apesar dessa e de outras alegações contra a mudança da sede de governo, os camaristas não tiveram seu pleito atendido nem pelas autoridades imperiais nem tampouco pelas provinciais. Para aumentar a pressão sobre as autoridades, os vereadores condenaram o presidente Inácio Barbosa de ser “o único culpado responsável”, caso houvesse derramamento de sangue pelas ruas da cidade colonial, por conta da insatisfação popular com a transferência da capital.<sup>20</sup>

**Fig. 1 – Joaquim José Pereira, um dos vereadores de São Cristóvão em 1855.**



O venerando ancião Joaquim José Pereira — o unico sobrevivente dos que assignaram o protesto da Camara de S. Christovam.

Fonte: SILVA: 1920. p. 127.

19 No dia 12 de agosto de 1834, os membros da Câmara dos Deputados do Império estabeleceram um conjunto de mudanças que afetaram diretamente as diretrizes da Constituição de 1824. Nesse dia, o chamado Ato Adicional aprovou uma série de mudanças que refletiam bem o novo cenário político, agora sem a intervenção do poder régio, representadas pelas alas liberal e conservadora.

20 SILVA, Clodomir. Álbum de Sergipe. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920. p. 128.

Os Edis de São Cristóvão também não sensibilizaram Sua Majestade Imperial através de ofício enviado em 30 de abril de 1855, ou seja, um mês e meio depois de consumada a transferência. Daí o apelo do povo pedindo a intervenção do santo que dá nome à velha urbe do Vaza-Barris – “São Cristóvão passageiro...” – para que fizesse o milagre de fazer “passar” ou voltar a cidade e capital ao seu antigo sítio, separada de Aracaju pelo rio Poxim. Com esse pedido, o povo fez uma analogia entre o retorno da capital e a hagiografia do santo católico.

São Cristóvão foi um mártir católico; viveu provavelmente na Síria e morreu durante o reinado do imperador romano Décio (249-251). Reza a tradição que, por ser alto e forte, aceitou a tarefa de ajudar pessoas a passarem por um rio perigoso. Por conta disso, temos a alusão de “passageiro” na poesia popular. Certo dia, ele fez a passagem em seus ombros de uma criança que se revelou ser o Cristo. Ele se converteu e desde então adotou o nome Cristofhoros (Cristóvão), que em grego significa “O que carrega Cristo”. Por conta disso, São Cristóvão é invocado por fiéis antes de uma jornada. No caso da mudança da capital de Sergipe, a jornada não é de ida, mas de retorno, de Aracaju para São Cristóvão –, ou melhor, da bacia do rio Sergipe/Poxim para o Vaza-Barris/Paramopama. Ou seja, se pelas vias terrenas não foi possível abortar o ato da mudança, os católicos sancristovenses apelaram para o santo milagreiro. Daí os versos “Santo de fazer milagre/ Fazei voltar a cidade”.

**Fig. 2 - S. Cristóvão e Menino Jesus passando um rio.**



Fonte: <http://pnsgvilhena.blogspot.com.br/p/comunidade-sao-cristovao.html>

O retorno da cidade, à época, era representado pela volta dos Cofres da Fazenda Provincial e dos Arquivos do Poder Executivo que foram transferidos para Aracaju sob as pragas lançadas por velhas de São Cristóvão, as quais nem abriam suas portas para não presenciarem a afrontosa mudança, que certamente traria insegurança para essas antigas moradoras, que agora tão somente espreitavam pelas rótulas os carros de boi a conduzirem cofres e arquivos do governo.<sup>21</sup>

No entanto, além da Fazenda Provincial e dos Arquivos, outras instituições já haviam sido instaladas em Aracaju, como estratégia de preparar o “golpe” ou o ato da mudança; são elas: a Subdelegacia, o Posto dos Correios, a Mesa de Rendas e a Alfândega. Por isso, não era sem razão a súplica dos sancristovenses ao poder do santo milagreiro para que fizesse “voltar a cidade”.

Vejamos agora a segunda quadra bairrista.

“Aracaju não é  
Vila nem povoação  
É umas casinhas de palha  
Cobertinhas de melão”.

(Variante)

“Aracaju não é cidade  
Nem **também** povoação  
**Tem** casinhas de palha  
**Forradinhas** de melão”.<sup>22</sup>

Os inocentes versos dessa quadra invertem o projeto de capital do futuro, moderna, portuária, plana e com novas construções apregoadas pelos defensores da Resolução 413. A descrença num lugar precário - “não era vila, nem cidade, nem povoação” e sim uma praia deserta -; que não conseguia sair do papel, tinha certo fundamento para aqueles que possuíam suas herdades na antiga capital. Pois a especulação do preço dos terrenos da nascente Aracaju, aliada à pobreza da maioria e ao ceticismo inicial na concretização da mudança, contribuiu para a formação de uma cidade de casas de palha, paralela àquela construída paulatinamente pelos parques investimentos da administração pública. Contrariava-se, desse modo, a ideia de progresso civilizatório que inspirou os discursos em favor da mudança da capital.

Na realidade, foram diversos os incômodos enfrentados pelos primeiros migrantes que se instalaram nas praias do Aracaju. A insegurança era patente. Este foi o caso do comerciante, José Teixeira da Cunha, pro-

21 FREIRE, Felisbelo. História de Sergipe. 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.p.

22 Variante colhida em 1938 por José Calasans.

cedente da cidade de Laranjeiras. Em junho de 1855, três meses após a mudança, sua “casinhola coberta de palha”, na rua da Aurora (atual rua da Frente), fora roubada. Levaram-lhe dinheiro e papéis.<sup>23</sup> Nos primeiros anos da cidade, até os mais aquinhoados habitaram em casas de palha, talvez por dificuldade de transporte de material ou por escassez de mão-de-obra especializada em alvenaria, cuja carestia excessiva foi assinalada em 1860 pelo governo.<sup>24</sup>

Além de homens do comércio, funcionários públicos também passaram por aperreios imobiliários na nova capital. Em 1856, por exemplo, o presidente da província relatou que se sentia comovido pela sorte dos empregados “habitando empequenos ranchos de palha”.<sup>25</sup> Esta situação se verificava devido ao alto valor dos aluguéis que corroíam os salários. Prova disso é que, em março de 1860, uma notícia veiculada pelo *Correio Sergipense*, jornal oficial, atentava para “uma grave compressão” que há muito pesava sobre os habitantes de Aracaju. Essa compressão era o “elevadíssimo” preço do aluguel das casas que, dizia a folha, absorviam “os lucros do indivíduo” expondo-o a privações.<sup>26</sup>

Assim, a cidade projetada para servir de símbolo urbanístico e de prosperidade conviveu, até o século XX, com “casinhas de palha” como rezava a quadrinha popular. Com isso, a própria administração provincial admitiu que expôs seus funcionários, ex-moradores de São Cristóvão, à insegurança e insalubridade por residirem em precárias condições de moradia em Aracaju. Por isso, uma das formas de protesto foi circular trovas populares, que denunciavam a situação e a indignidade daqueles que foram forçados a virem trabalhar e morar nas dunas da nova capital.

Em situação semelhante aos funcionários de baixo escalão, servidores de outros níveis também sentiram dificuldades habitacionais em Aracaju dos primeiros anos. Tem-se o exemplo do juiz Antônio Joaquim da Silva Gomes, que adiou sua transferência de São Cristóvão para a nova capital a espera de melhores condições de moradia. Ele escrevera ao Imperador, em março de 1856, as razões por que não transferira sua residência e o Cartório do Juízo dos Feitos da Fazenda, diante das repreensões do governo local. Um dos motivos foi a falta de “casa decente”, argumentou o magistrado.<sup>27</sup>

23 *Correio Sergipense*. Aracaju, junho de 1855. p. 04.

24 GALVÃO, Manuel da Cunha. *Relatório do presidente*. Bahia: Typ. Provincial, 15 de agosto de 1860.

25 MELO, João Gomes de (Barão de Maroim). *Relatório com que foi entregue a administração da Província no dia 27 de fevereiro de 1856...* Aracaju: Tipographia Official, 1856. (BPED, DS-1437).

26 *Correio Sergipense*. Aracaju, março de 1860. p. 04.

27 CARTA manuscrita de Antônio J. da S. Gomes a D. Pedro II. Aracaju, 14 março 1856. Cópia do Arquivo Nacional, Seção dos Ministérios, cota IJ1 392. Acervo do PDPH/DHI/UFS, caixa 136.



Por “casa decente”, traduzia-se: habitações confortáveis e salubres, ou ainda, que não fossem de palha ou cobertas por elas. Moradias de palha representavam no imaginário da época a materialização da inferioridade social. Até hoje, uma das acepções para a expressão “de palha” é: algo ordinário, reles, ruim, sem valor.<sup>28</sup> Ainda no século XIX, a casa de palha estava associada a taperas indígenas, a mocambos de escravos fugidos e casebres de desvalidos livres, ou seja, ao que se considerava de escória social.

Quanto à expressão diminutiva “casebre de palha”, estampada em alguns anúncios de jornal da época, sugere uma depreciação do substantivo ou um arremedo de moradia. Desse modo, as palhoças eram consideradas socialmente indecentes, portanto, insalubres e contrárias ao ideal de civilização europeu cultivado pela elite social no século XIX; a exemplo do juiz Silva Gomes que fez o que foi possível para não vir morar nas “casinhas de palha forradinhas de melão”, como aquelas presentes na quadra em análise.

Seguindo este pensamento, o médico alemão Robert Avé-Lallemant (1812-1884) também criticou a presença de casas de palha, ou cobertas por ela, quando visitou Aracaju no ano de 1859. Ele escreveu quena recente capital via-se “uma horrível aglomeração de casas cinzentas, de barro, com telhados de palha de coqueiro”.<sup>29</sup>

Certamente, dentre estas casas de palha descritas por Avé-Lallemant estaria a de dona Joana de Paula Evangelista. Ela pediu concessão à Câmara de Aracaju, em 1857, para colocar telha numa casinha que havia construído entre outras “de palha” de sua propriedade. A Câmara deferiu o pedido de D. Joana, desde que ela se compromettesse a arcar com as despesas de demolição de suas casinhas de palha.<sup>30</sup> Nesse contexto, ela seria uma das moradoras da nova capital, insatisfeita com a situação urbana, que trovejava pelas ruas a referida quadra que dizia que ali “não era uma cidade, nem também povoação...”.

Por fim, a terceira quadra sancristovense também detrata Aracaju e demonstra a insatisfação dos moradores da cidade colonial com as precárias condições de sobrevivência na nova capital.

Eis a terceira quadra bairrista:

“As águas de São Cristóvão  
Só parecem de cristal  
As águas de Aracaju  
Só parecem rosargal”.

- 28 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *NovoDicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: NovaFronteira. 1986, p. 1251.
- 29 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da BA, PE, AL e SE-1859*. São Paulo: Edusp; BeloHorizonte: Itatiaia, 1980, p. 335. (1ª edição alemã de 1860).
- 30 ATAS da Câmara de Aracaju. Requerimento de Joana de Paula Evangelista. Sessão de 11 de setembro de 1857.



Esta quadra compara a qualidade da água das duas cidades. Da velha capital, abona a boa qualidade potável de seu líquido precioso. Quanto à água de Aracaju, ela é desqualificada assemelhando-se ao rosargal, nome popular do veneno arsênico.

Apesar do exagero retórico da trova, a situação da nova capital estava próximo da calamidade quando o assunto era água potável consumida por uma população trasladada por determinação governamental.

Em 1855, Aracaju não possuía fonte limpa de água potável. O Barão de Maruim (1809-1890), que administrou a província entre setembro de 1855 e fevereiro de 1856, substituindo o então recém falecido Inácio Barbosa, ordenou o projeto e serviço de beneficiamento de três fontes ao engenheiro José Xavier Garcia de Almeida. Porém, o trabalho foi interrompido no auge da epidemia de cólera, em novembro de 1855. Esta grave epidemia ceifou a vida de muitos trabalhadores e consumiu recursos financeiros dos cofres públicos para combatê-la, embora não se conhecesse, à época, a sua cura definitiva.<sup>31</sup> No entanto, assim que se normalizou a situação, as obras de beneficiamento foram arrematadas e seu andamento autorizado. Mas, conforme relatos de época, a efetivação do serviço não foi satisfatória.<sup>32</sup>

Três anos depois, em 1858, numa tentativa de melhorar o abastecimento de Aracaju, o governo autorizou o contrato para canalizar água do rio Pitanga através de aqueduto de ferro, ou louça, até os chafarizes que seriam posteriormente construídos. Depois, pretendia-se inutilizar as fontes públicas e impedir a construção de outras após a obra.<sup>33</sup> Porém, este intento foi protelado durante todo o século XIX. Assim, a emergente capital só possuiria uma rede de abastecimento de água canalizada no século XX, em 1909.<sup>34</sup> Portanto, a falta de beneficiamento d'água potável e a má conservação de fontes públicas foram tormentos vividos pelos primeiros aracajuanos.

No ano de 1859, por exemplo, o engenheiro Francisco Pereira da Silva, encarregado das obras públicas, denunciou a má conservação das fontes d'água de Aracaju. Ele asseverou que as fontes do “Barão” e da “Arueira” estavam em péssimo estado, “cheias de imundícies e arrombadas”. O engenheiro reputou a precariedade das fontes não só ao tempo chuvoso, mas, sobretudo, aos “escravos que conduzem água”. Pereira da Silva re-

31 Sobre a história, em Sergipe, da epidemia de cólera de 1855, ver: SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. *Sob o Signo da Peste: Sergipe no Tempo do Cólera, 1855-1856*. Campinas/SP: Unicamp/IFCH, 2001. (Dissertação de Mestrado em História Social).

32 ALMEIDA, José Xavier Garcia de. *Relatório*. Aracaju, 25 de janeiro de 1856. p. 02; anexo n. 11. (Biblioteca Pública Epiphânio Dória-Documentação Sergipana, doravante BPED-DS,1437).

33 RESOLUÇÃO n. 539 de 12 de julho de 1858. *Collecção das leis, decretos e resoluções...* Aracaju: Typ. Provincial, 1859. p. 94-96. (BPED-DS, 11).

34 “Abastecimento de Água”. *O Estado de Sergipe*, Aracaju, n. 3129, 29 de outubro de 1909. p. 01. (Hemeroteca da BPED, 65).





ções das fontes e à qualidade das águas potáveis de Aracaju. Ele escrevera aos deputados que a única água de que se serve a população da capital é extraída de escavações aleatórias e, por conseguinte, estagnada; sem o menor asseio. Tal água, afirmara o presidente, “deve infalivelmente ser a origem de males”.<sup>39</sup> Outro testemunho, o Imperador D. Pedro II, quando visitou Aracaju em 1860, também relatou sobre a qualidade da água potável. Ele estranhara, assim como o doutor Avé-Lallemant, a tonalidade de sua cor. O monarca anotou que as águas potáveis da nova capital eram escuras, como se estivessem enferrujadas. D. Pedro II observou que “o povo bebe das bicas públicas ou cacimbas onde a água é cor de xerez [um tipo de vinho tinto]”.<sup>40</sup>

A coloração das águas aracajuanas, anotada por Avé-Lallemant e pelo Imperador, ficou timbrada, de forma depreciativa, no imaginário popular desde 1855, como vimos na quadra bairrista: as “água de Aracaju/ Só parecem rosargal”. Rosargal, na verdade, é uma corruptela de rosalgar, nome vulgar do realgar. Palavra de origem árabe (rahjal-ghar). Denomina o “pó das minas” ou o sulfeto de arsênico, mineral amarelado ou avermelhado. No Nordeste brasileiro, uma pessoa loura ou muito ruiva recebe a alcunha de rosalgar, referência à cor avermelhada dos cabelos semelhante àquele mineral. Ademais, o sulfeto é um composto de enxofre e tem cheiro característico que incomoda o olfato.<sup>41</sup>

Conforme o saber popular, o diabo cheira a enxofre. Logo, tal odor representaria o mal; a moléstia e, portanto, a presença da morte. Este veneno já era citado em outras quadras populares, como nesta recolhida por Sílvio Romero em Sergipe e publicada em 1883: “Eu já fui da tua mesa/ O melhor prato de sopa;/ Já hoje sou rosalgar,/ Veneno pra tua boca” (ROMERO, 1985). Como já foi dito, o arsênico é uma substância venenosa, sua ingestão seria letal. Ou seja, as águas de Aracaju eram assim representadas pela poesia popular sancristovense de 1855, como um líquido saído das profundezas do inferno.

39 DANTAS, Dionízio R. *Relatório...*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1869. p. 10. (BPED-DS, 1443).

40 “DIÁRIO do Imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em janeiro de 1860”. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. XXII, n. 26-A, p. 64-78, 1962-1965. Citação p. 65.

41 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Verbetes rosalgar; realgar, arsênico e sulfeto. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1522; 1456; 176; 1627, respectivamente.



## Conclusões

As quadras bairristas contra a mudança da capital do Estado de Sergipe, em 17 de março de 1855, foi uma forma de representar a insatisfação popular através da poesia contra um governo intransigente. Pois Inácio Barbosa preparou o processo de transferência de uma cidade centenária para um lugar ermo e impróprio para habitação, sem consultar os vereadores de São Cristóvão, e, conforme demonstraram, infringindo a ordem constitucional.

A população da antiga capital foi pega de surpresa quando a Assembleia Provincial aprovou a Resolução 413, o que dificultou os meios de interferência legal ou a organização de uma revolta popular. Assim, o povo improvisou versos depreciativos que circularam por redes nas ruas; de boca em boca.

As quadras expressam a insatisfação popular, mas não têm pretensão de ameaçar a ordem constituída, como igualmente ocorrera na Paris do século XVIII, onde uma rede de comunicação fora formada por poemas que denunciavam clandestinamente os protestos do povo com a Corte de Luís XIV.<sup>42</sup> Apesar disso, tanto os poemas contra a monarquia francesa quanto as quadras bairristas sancristovenses revelam o poder da palavra oral e da poesia para transmitir mensagens ao povo de forma eficaz; bem antes da internet e numa sociedade semialfabetizada.

Viu-se, assim, que os moradores de São Cristóvão foram expostos ao infortúnio, num lugar sem água potável de boa qualidade e sem residência adequada ou improvisada, deixando imóveis, amigos e parentes na centenária cidade.

Diante disso, as quadras são a viva expressão simbólica, ao mesmo tempo irônica e lúdica, da resistência e da indignação do povo contra a mudança abrupta da capital. Veiculados pelos poetas anônimos, os versos de protesto ecoaram de boca em boca e ainda ressoam no imaginário de moradores de São Cristóvão, os quais louvariam mais uma vez o “santo passageiro” se fizesse o milagre de “voltar a capital” para a velha urbe; mesmo passado mais de um século e meio.



42 DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.